



**AVISOS DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 24/2013/CSL/SEDUC**

PROCESSO Nº 150674/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 024/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Ribamar Fiquene/MA - URE de Imperatriz. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 024/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 337/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 337/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 024/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

CONCORRÊNCIA Nº 25/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150675/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 025/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Belágua/MA - URE de Itapeuru Mirim. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 025/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 352/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 352/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 025/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

São Luís-MA, 13 de maio de 2015

CONCORRÊNCIA Nº 26/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150678/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 026/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Humberto de Campos/MA - URE de Rosário. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 026/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 341/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 341/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 026/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, dispensando-se a comunicação aos licitantes, vez que o certame não se perfectibilizou.

CONCORRÊNCIA Nº 28/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150681/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 028/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Amapá do Maranhão/MA - URE de Zé Doca. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 028/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 336/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 336/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 028/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

CONCORRÊNCIA Nº 29/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150683/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 029/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Boa Vista do Gurupi/MA - URE de Zé Doca. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 029/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 323/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 323/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 029/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, dispensando-se a comunicação aos licitantes, vez que o certame não se perfectibilizou.

CONCORRÊNCIA Nº 30/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150684/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 030/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Maranhãozinho/MA - URE de Zé Doca. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 030/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 324/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 324/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 030/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

CONCORRÊNCIA Nº 34/2013/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 150680/2013-SEDUC. CONCORRÊNCIA Nº 034/2013/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para realizar a construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula, no Município de Matões/MA - URE de Timon. EMENTA. REVOGAÇÃO da Concorrência nº 034/2013-CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 339/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 339/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR a todos os participantes do certame em epígrafe e demais interessados, que decidi pela REVOGAÇÃO da Concorrência nº 034/2013-CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

São Luís-MA, 4 de maio de 2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014/CSL/SEDUC

PROCESSO Nº 254093/2013-SEDUC. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014/CSL/SEDUC. OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras civis de construção de UNIDADE DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO "EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA, no município de Bacabeira/MA. EMENTA. REVOGAÇÃO da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014/CSL/SEDUC, conforme Parecer Jurídico nº 294/2015, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DECISÃO. Baseado no Parecer Jurídico nº 294/2015 apresentado pela Superintendência de Assuntos Jurídicos, no uso das atribuições legais delegadas através da Portaria nº 562 de 13 de março de 2015, venho COMUNICAR ao interessado, que decidi pela REVOGAÇÃO da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014/CSL/SEDUC, fundamentado no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Súmula nº 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal.

Em face do ato ora praticado abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o ar. 109, Inc. I, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/1993.

São Luís-MA, 4 de maio de 2015.

DALTON ALMEIDA DUARTE
Subsecretário

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL
DE MINAS GERAIS - EMATER MG**

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015**

Pregão Eletrônico nº 10/2015 - Processo EMATER-MG nº 4/2015 - Processo COMPRASMG Nº 3041002 000010/2015 - Objeto: AQUISIÇÃO DE BAU ADAPTABLE PARA CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 3,5 A 4,0 TONELADAS. Vencedor: SANTANA E FERREIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. Valor: R\$ 9.300,00.

Belô Horizonte/MG, 20 de maio de 2015.
FELIPE LOMBARDI MARTINS
Diretor Administrativo e Financeiro

**GOVERNO DO ESTADO DA PARÁIBA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA**

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2015 (*)

PROCESSO Nº 4802/2014-8. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 - MENOR PREÇO GLOBAL. CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA. CONTRATADO: PLATINA MINERAL LTDA (CNPJ Nº 03.977.181/0001-07)

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, sem gás, engarrafada em 20 (vinte) galões de 20 (vinte) litros, com empréstimo em comodato dos vasilhames, para Defensoria Pública do Estado da Paraíba, no quantitativo mensal estimado de 150 garrafas. Valor total estimado: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Classificação Funcional Programática: 14.101.03.122.5046.4216.3390.30.100 Período de Vigência: 08/04/2015 a 31/12/2015. Data da Assinatura: 08/04/2015

(*) Republicado por ter saído no DOU de 10/04/2015, com incorreção no original.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2015

PROCESSO Nº 1371/2015-8. DISPENSA DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 24, XXII DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93; CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA. CONTRATADO: ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (CNPJ Nº 09.095.183/0001-40)

Objeto: O presente contrato tem por finalidade regular o fornecimento de energia elétrica pela CONCESSIONÁRIA ao CONSUMIDOR, conforme descrito no título II, cláusula segunda, segundo a estrutura tarifária HORA-SAZONAL-VERDE, segundo os termos da Resolução 414 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 9 de setembro de 2010. Valor anual estimado: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Classificação Funcional Programática: 14.101.03.122.5046.4195.339039.00.100 Período de Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato. Data da Assinatura: 06/04/2015.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2015

PROCESSO Nº 5195/2014-7 e 1255/2015-6; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015; CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA; CONTRATADO: TAIANA BATISTA DA SILVA - EIRELE (CNPJ Nº 10.528.026/0001-60)

Objeto: contratação de empresa especializada para aquisição de material de higiene e limpeza para Defensoria Pública do Estado da Paraíba, conforme quantitativo e especificações contidas no edital, em especial no termo de referência (Anexo I) e a proposta da contratada. Valor: R\$ 34.491,22 (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos). Classificação Funcional Programática: 14.101.03.122.5046.4216.339030.100 Período de Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato. Data da Assinatura: 30/04/2015.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1135/2015**

Objeto: Aquisição de hidrômetros velocimétrico. Recurso: BNDES Limite de Acolhimento de Propostas: 11/06/15 às 09h. Data da Disputa de Pregos: 11/06/15 às 14h15 por meio de sistema eletrônico no site <http://www.licitacoes.com.br>. Preço Máximo: R\$ 305.000,00. Informações Complementares: Podem ser obtidas na Sanepar, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41) 3330-3910 / 3330-3128 ou Fax (41) 3330-3901 / 3330-3200, ou no site acima mencionado.

FRANCISCO CESAR FARAH
p/Equipe do Pregão

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2015**

Processo nº 134546786. Homologo, com base no artigo 90, Inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007 combinado com o Decreto Estadual nº 6.191/2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 10.432/2014, e ainda nos termos da Informação nº 1276/2015 - NJA/SEED, às fls.460 e 461, o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2015, pelo valor total de R\$ 14.029,02 (quatorze mil, vinte e nove reais e dois centavos), visando à aquisição de equipamentos e utensílios para atender os laboratórios de 12 (doze) novos Colégios de Educação Profissional, bem como complementar o laboratório de Agrodústria da Carne, ADJUDICADO às empresas: a) Dirceu Longo & Cia Ltda EPP, Lote 01, no valor total de R\$ 2.775,02 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e dois centavos); b) Via Lumen's Audio, Vídeo e Informática Ltda - EPP, Lote 03 no valor total de R\$ 9.074,00 (nove mil e setenta e quatro reais); c) Infiniti Comércio e Representação Ltda - EPP, Lote 07, no valor total de R\$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta reais), restando fracionados os lotes 02,04,05,06, 08 e 09. Convênio nº 750018/2008 - Brasil Profissionalizado.

Curitiba, 25 de maio de 2015
ROBERTO LUIZ SOUZA DE FREITAS
Resp. p/Comissão Permanente de Licitação

CONTRATO Nº 008/2015- DPPB

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA PLATINA MINERAL LTDA, PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, DESTINADA A SEDE E NÚCLEO DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA, NA FORMA ABAIXO:

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.733.319/0001-80, com sede à margem do Parque Sólon de Lucena, 300, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-130, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, o Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 195.723-SSP/PB e CPF nº 132.664.034-87, aqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado como **CONTRATADA PLATINA MINERAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.977.181/0001-07, com sede na BR 230 Km 43 – Santa Rita – Paraíba, neste ato representada por seu representante legal **JOSÉ CARLOS FALCÃO DA CUNHA LIMA**, CPF nº 394.930.084-87, resolvem celebrar por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 4802/2014, e na Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

1.1- O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
- b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

2.1 – O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, sem gás, engarrafada em 20 galões de 20 (vinte) litros, com empréstimo em comodato de vasilhames, para a Defensoria Pública da Paraíba, no quantitativo mensal estimado de 150 garrações.

2.2 – Para gerirem este contrato, por parte da **CONTRATANTE**, durante sua vigência serão designados servidores da entidade **CONTRATANTE**, através de Portaria, e previamente comunicado à empresa **CONTRATADA**.

2.3 – A **CONTRATADA** indicará preposto para representá-la junto à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O objeto deste contrato será executado de forma indireta, pela empresa Contratada, observando-se o menor preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme especificado na Proposta definitiva de preços de responsabilidade da CONTRATADA, os valores relativos ao objeto, acompanhada das Notas Fiscais, perfazendo o valor unitário por galão de R\$ 4,00 (quatro reais), perfazendo o valor mensal estimado de R\$ 600,00 (seiscentos reais), referente a quantidade mensal estimada de 150 garrações, pelo período de vigência deste Contrato.

4.2 - É permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do Contrato será a partir de sua assinatura do mesmo até o fim do exercício orçamentário, no dia **31/12/2015**, podendo ser prorrogada, a critério da CONTRATANTE, mediante justificativa prévia da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO

6.1 – A entrega do objeto deverá observar o prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, da Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, Processo nº 4802/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da CONTRATADA, em moeda corrente nacional, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, depois do aceite e liberação da documentação pela CONTRATANTE, nos prazo e condições previstos no Termo de Referência / Projeto Básico, bem como observando-se os valores contidos na proposta comercial da CONTRATADA. Na falta de fixação de prazo no Termo de Referência / Projeto Básico o prazo para o pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da solicitação acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS, de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.

Parágrafo segundo – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica

- Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
 - e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo quarto– O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

Parágrafo quinto– Será retido na fonte o percentual de até 1,6% (um vírgula seis por cento), nos termos do art. 13, da Lei Estadual nº 7.947, de 22 de março de 2006, com redação dada pela Lei Estadual nº 9.335, de 25 de janeiro de 2011 e leis posteriores, a crédito do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo – FAE (vinculado ao programa EMPREENDER PB), devendo constar na Nota Fiscal/Fatura o destaque do tributo a ser retido.

Parágrafo sexto– Se houver emissão de nota fiscal-fatura, com código de barras, este documento somente será aceito, para fins de pagamento, caso conste a dedução do valor, no corpo da nota, correspondente à determinação legal (1,6%) de que trata o parágrafo anterior, vindo a nota fiscal devidamente acompanhada do comprovante do recolhimento da importância devida. Caso contrário, a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura deve ser emitida sem código de barras para permitir a retenção do tributo.

Parágrafo sétimo- A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.

Parágrafo nono– A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo primeiro- Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do

efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP \text{ e } I = (TX / 100) / 365$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo segundo - Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de "ISS a ser recolhido por substituição tributária", na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo terceiro- Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto no item 7.1, desta Cláusula.

Parágrafo décimo quarto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação 14.101.03.122.5046.4216.3390.30.100.

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, serão regularmente inscritos em Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Caberá à CONTRATADA:

- a) cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução integral do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação, em especial ao disposto no Termo de Referência a que estiver vinculado;
- b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- c) executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários quanto ao objeto contratado ou pagar em dobro o custo desses reparos, se a Contratante os fizer, independentemente das penalidades cabíveis;
- d) comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da operação;
- e) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ou do transporte e entrega de mercadoria, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- g) observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento das atividades estabelecidas pela CONTRATANTE;
- h) manter, à frente da execução do objeto do contrato representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- i) qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- j) assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa;
- k) responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução deste contrato, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-transporte, vale refeição e outras que porventura venham a ser criadas e ou/exigidas pelo Governo, devendo ainda responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante.



- l) apresentar os seus empregados, no caso de execução de serviços, com fardamento completo, sempre em bom estado de conservação, e devidamente identificados, com uso de crachá e equipamentos de segurança, consoante a legislação que rege a espécie;
- m) executar com perícia o objeto contratado, caso se trate de prestação de serviços, obedecendo às normas e às especificações contidas no Termo de Referência do ato convocatório;
- n) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade das mercadorias, obras e serviços executados;
- o) fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, máquinas e aparelhamento, adequados à execução dos serviços, conforme o caso;
- q) reparar, corrigir, remover, reconstruir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- r) responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais fornecidos ou empregados, de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização;
- s) solicitar autorização prévia da contratante para os serviços a serem executados fora do horário útil (noturno, finais de semana e feriados), com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a devida autorização e acompanhamento da Fiscalização.

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) designar formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar o contrato;
- b) determinar a publicação no D.O.E. do extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;
- c) notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto do contrato;
- d) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;
- e) proporcionar todas as facilidades visando a boa execução do objeto do contrato, inclusive, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança de endereço;
- f) repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pela CONTRATANTE para execução do objeto do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução e fiscalização quanto ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, ocorrerá por conta da CONTRATADA, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização por um servidor responsável, designado pela Administração, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro – O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto deste contrato, determinando sempre que necessárias e convenientes quaisquer providências que visem o pronto saneamento de quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas.

Parágrafo segundo – As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para a adequada adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65, da Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro- O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sendo permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com conseqüências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

Parágrafo segundo – Não se insere no limite previsto no parágrafo primeiro do item 12.1, da Cláusula Décima Segunda o aditivo contratual que resultar do saldo remanescente do quantitativo registrado em Ata de Registro de Preços, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 - Este Contrato poderá ser rescindido mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos serviços já realizados ou às entregas de mercadorias já realizadas e recebidas.

Parágrafo primeiro - O Contrato poderá ainda ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações ou prazos;
- b) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- c) alteração do Contrato Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;

- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- e) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade na execução do serviço ou da entrega de mercadorias, nos prazos estabelecidos;
- f) paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- j) supressão, por parte da Administração, de quantitativos e serviços, acarretando modificação do valor inicial deste contrato, além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93;
- k) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de sua execução;
- l) no interesse da Administração, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos serviços ou entregas realizados até a data comunicada no aviso de rescisão.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA, se der causa à rescisão contratual, fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo terceiro - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77, da Lei n.º 8.666/93, bem como nos casos citados nos arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

Parágrafo quarto - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;
- b) amigável, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES



14.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não executada a critério da Administração;

c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo segundo - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva do Senhor DEFENSOR PÚBLICO GERAL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.

Parágrafo terceiro - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

Parágrafo quarto - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO



15.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo n.º 4802/2014-8, Termo de Referência da, Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e à Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas e entregues se enviadas por carta protocolada, fax ou correio eletrônico, mediante recibo ou outro meio onde fique formalizado o recebimento.

17.2 - Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;

17.3 - Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior previstos no art. 393 do Código Civil.

17.4 - O presente contrato não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma das suas cláusulas e condições, salvo mediante mútuo acordo por escrito firmado por ambas as partes.

17.5 - As PARTES CONTRATANTES declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente Instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.

17.6 - As PARTES reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia da vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

17.7 - Fica desde já convencionado entre as PARTES, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram; serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes nesse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o art. 60, da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 08 de abril de 2015.



Vanildo Oliveira Brito
Defensor Público Geral
Defensoria Pública do Estado da Paraíba
CONTRATANTE



José Carlos Falcão da Cunha Lima
CNPJ nº 03.977.181/0001-07
CONTRATADA